

EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PESQUISA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA FORMAÇÃO DE SUJEITOS EMANCIPADOS CONSTRUTORES DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA

Verbênia Almeida Santos
Instituto Federal Baiano-IFBaiano
verbeniasuzart@hotmail.com

Adeilton Dias Alves
Instituto Federal Baiano-IFBaiano

Resumo: Esta pesquisa de iniciação científica em desenvolvimento de abordagem qualitativa, com viés etnográfico, tem como intuito apresentar as representações dos alunos acerca de temáticas relacionadas à população afrodescendente, indígena e quilombola. Assim sendo, realizou um grupo focal com alunos do ensino fundamental II do quinto ao nono ano (5º ao 9º ano) da Escola Municipal Pedro Barros Prates, bem como algumas informações recolhidas na Escola Municipal Vereador Sebastião Moreira Malheiros de ensino fundamental I que atende alunos de primeiro ao quarto ano, (1º ao 5º ano) localizadas em Mutãs, distrito de Guanambi/BA. Foi utilizada ainda como instrumento de pesquisa a observação participante das vivências dos alunos. Par a análise dos dados recorreu-se da análise de conteúdo na modalidade temática. Os resultados apontam que a escola se encontra diante do desafio de contemplar a diversidade e suas representações, nos seus currículos e práticas pedagógicas. Esse fato reflete nas concepções dos alunos que parecem que não se encontram dispostos a dialogar a respeito da população afrodescendente, indígena e quilombola, pois consideram como algo sem importância e distante de suas vivências. Isso aponta a necessidade de formação docente para trabalhar com essas questões na escola.

Palavras-chave: Alunos. Étnico-raciais. Quilombolas.

1. Introdução

Os movimentos sociais, em especial o Movimento Sem Terra (MST), têm ocupado lugar de destaque no cenário nacional desde os anos de 1980 devido às lutas empreendidas pela Reforma Agrária. Essa luta de movimentos sociais do campo reivindica direitos sociais garantidos constitucionalmente, a saber: moradia, saúde, transporte e educação. No que diz respeito à educação, Molina (2003) afirma que o Campo necessita de um projeto educacional diferenciado

bem como, de profissionais que atuem concretamente nessa realidade. Nesse sentido, a sala de aula da Escola do Campo clássica precisa ser repensada, para isso, educar pela pesquisa é uma possibilidade de método didático cotidiano, tanto para professores como para alunos que podem fazer da investigação um caminho para formação humana dos sujeitos, conforme discute Demo (2005).

Diante disso, o problema norteador dessa pesquisa que se encontra em andamento e suscitou essa sistematização é: como o educar pela pesquisa pode contribuir para a valorização do homem do Campo enquanto sujeito construtor da própria história? E qual a diferença na aprendizagem do aluno que trabalha com a pesquisa como princípio educativo e o aluno que copia e reproduz conhecimento? Qual a importância do uso da pesquisa como prática educativa para o desenvolvimento da leitura e escrita do aluno pesquisador com intuito de materializar conhecimentos que praticam diariamente?

Desse modo, o objetivo geral desse estudo consiste em investigar o processo de formação de professores da Educação do Campo do Ensino Médio e analisar como o princípio de educar pela pesquisa pode proporcionar a (re) construção do conhecimento e maior autonomia na aprendizagem dos alunos de uma escola do campo, localizada no Assentamento Terra a Vista no município de Arataca, Bahia. A investigação também terá como objetivos específicos a sensibilização dos professores do Campo e como estas podem contribuir para formação do sujeito, além de refletir com professor a finalidade da aquisição de um novo conhecimento para benefício da comunidade local. Assim como também investigar o trabalho interdisciplinar com a pesquisa no cotidiano através da pedagogia de projetos. E, por fim, propor atividades que levem o professor a perceber como o educar pela pesquisa pode desenvolver habilidades de leitura e escrita dos sujeitos envolvidos.

Segundo Demo (2005, p. 37), “Educar pela Pesquisa, enquanto práxis do professor é mais que uma simples metodologia é um princípio básico do ensino”. Nesse sentido, educar pela pesquisa pressupõe um trabalho que supere o ensino tradicional e exclua a cópia, superando os antigos paradigmas de trabalhos escolares e possibilitando aulas em que o estudante tenha versatilidade em termos de saber argumentar, fundamentar, questionar e contrapor com autonomia e criatividade.

É uma proposta de estudo que resulta do envolvimento da pesquisadora com a Educação do Campo, que teve início no ano de 1999 com classes multisseriadas. Atualmente, a partir da construção de projetos de pesquisa para apresentação nas Feiras Estaduais de Matemática e Ciências e Educação profissional de uma escola do campo de nível médio, percebeu-se que o têm maiores êxito na aprendizagem do que aquele que apenas escuta e faz cópia. Esse fator despertou o interesse em pesquisar como acontecem as práticas pedagógicas de professores do campo dessa localidade e como a sala de aula pode ser transformada em um ambiente investigativo e justifica-se pela necessidade da mudança do papel do professor que tradicionalmente é a figura que transmite um conteúdo a ser assimilado. Mas também se justifica pela importância da superação da cópia e a possibilidade da construção de um conhecimento inovador que propicie (para professores e alunos) o “aprender a aprender”. Nesse sentido, é necessário colocar em evidência o professor do campo enquanto educador-político capaz de formar cidadãos conscientes e autônomos conforme os estudos de Demo (2005).

Diante do exposto, serão utilizados como suporte teórico os estudos e as obras de Demo (1999, 2005), Galiazzi (2003), Candau (1996) que abordam a possibilidade de educar pela pesquisa. Além de Arroyo (2004) para aprofundar as reflexões sobre Educação do Campo; Molina (2003) e Caldart (2004) que definem campo como o espaço/território de luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; a pedagogia proposta por Freire (1983, 1992) que encontra ressonância nos movimentos sociais nos anos de 1960; além da Constituição Federal (1988) que assegura a educação como direito de todos e dever do Estado e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) que reconhece a diversidade do campo, uma vez que vários artigos estabelecem orientações para atender esta realidade e adequar as peculiaridades.

O trabalho proposto será realizado por meio de procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa, tipo de pesquisa que proporciona o envolvimento de toda a comunidade em torno de um problema comum. Tendo em vista que o problema identificado atinge a toda comunidade, torna-se, portanto, necessário o envolvimento de todos na busca de solução. Nesse artigo apresentaremos a seguir algumas teorias sobre a Educação do campo e a formação do profissional que atua na escola do campo. Também será feito um estudo sobre os artigos da LDB que tratam do

assunto além de suscitar uma discussão com relação as perspectivas e desafios de uma educação NO e DO campo.

2. A pesquisa como princípio educativo: uma possibilidade para o desenvolvimento da Educação do Campo

Pensar e discutir as variadas práticas pedagógicas para Educação do Campo é um desafio que exige (re) pensarmos a política de formação do docente do Campo, o que inclui rever os critérios para valorizar desse profissional. A este propósito, Molina (2003, p.23) enfatiza que “a luta dos Movimentos Sociais por uma Educação do Campo não requer somente o direito à educação, mas o direito de acesso NO e DO campo”.

Nesse sentido, Arroyo (2004, p.67) faz questionamentos buscando refletir e discutir sobre a Educação que se deseja funcionamento: “Como a escola vai trabalhar a memória, explorar a memória coletiva, recuperar o que há de mais identitário na memória coletiva?”. O autor propõe que o professor desempenhe papel essencial na construção de um projeto de campo e sociedade sustentável, isso demanda um profissional formado a partir de uma concepção emancipatória, que compreenda a importância do Campo, como lugar que tem saberes, valores e identidade e os sujeitos como seres histórico-sociais conforme discute os estudiosos da Educação do campo.

No contexto das políticas educacionais, Freire (1992) enfatiza a importância da Educação por meio de um convite à reflexão político-pedagógica, tratando a educação para além da sala de aula e colocando o cidadão como portador dos direitos civis e políticos do Estado. Sobre a pesquisa como princípio educativo Paulo Freire defende que:

Toda a docência implica pesquisa e toda pesquisa verdadeira implica docência. Não há docência verdadeira em cujo processo não se encontre a pesquisa como pergunta, como indagação, curiosidade, criatividade, assim como não há pesquisa cujo andamento necessariamente não se aprenda porque se conhece e não se ensine porque se conhece e não se ensine porque se aprende (FREIRE, 1992, p. 192-193).

Nessa linha de pensamento, Demo (2005), afirma que a questão primordial para o desenvolvimento do sujeito autônomo e crítico é a pesquisa como expediente cotidiano do professor em sala de aula. A esse respeito o autor declara que:

Educar pela Pesquisa é também, estimular o aluno a curiosidade pelo desconhecido, incitá-lo a procurar respostas, a ter iniciativa, a compreender e iniciar a elaboração de suas próprias ideias. Nesse sentido, é também um desafio ao professor para transformar suas estratégias didáticas, (re) construir um projeto pedagógico próprio, (re)construir seus próprios textos científicos, (re)fazer material didático e recuperar constantemente sua competência (DEMO,2005, p.128).

Corroborando com Demo, Galiazzi (2003), relata que é possível fazer da pesquisa princípio didático em qualquer disciplina, e vai além, enfatiza a importância do processo de leitura e escrita para favorecer o desenvolvimento de outra característica essencial da pesquisa que é a socialização do argumento. Assim, a capacidade de argumentação se constrói a partir da materialização do pensamento da escrita, da leitura e do diálogo.

Nas reflexões de Soares (2005, p. 22) no que diz respeito a leitura, escrita e diálogo a autora afirma que “a escola valoriza a língua escrita e censura a língua oral espontânea que se afaste muito dela”, ou seja, os preconceitos linguísticos e culturais afetam o processo de aprendizagem, levando ao fracasso escolar dos sujeitos das classes populares, isso inclui os educandos do campo, que possuem muitos conhecimentos práticos e na maioria das vezes não conseguem sistematizá-los.

É necessário salientar, no entanto, que pouco se tem discutido sobre o Educar pela pesquisa em escolas do Campo e como essa metodologia pode contribuir para a valorização do homem do Campo como sujeito construtor da história, capaz de promover através da pesquisa, junto a sua comunidade, projetos de intervenção para a permanência do homem no campo e com respeito à diversidade como assevera a Constituição Federal de 1988.

2.1 Educação do Campo: o que diz a legislação?

A Educação do Campo é fruto de uma luta dos movimentos sociais do campo. Desse modo, as discussões realizadas pelos movimentos sociais para a melhoria da qualidade da vida dos sujeitos que moram no campo é, de acordo com Freire (1983), uma reflexão político-pedagógica que trata a educação para além da sala de aula, e define o camponês como um cidadão portador dos direitos civis e políticos do Estado.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 assevera em seu artigo 205 (pg.136) “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada pela sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Percebe-se que a Constituição garante que todos tenham direito ao acesso a educação e a permanência na escola, esteja ela localizada em centros urbanos ou rurais.

Além disso, a partir da LDB 9.394/96 o Campo foi reconhecido como espaço de singularidades e diversidades estabelecendo em seu 28 as seguintes normas para a educação no meio rural:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias a sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especificamente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícolas e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Além da LDB, em termos de legislação têm-se as Diretrizes Operacionais para a Educação básica das escolas do campo, resolução do CNE/CEB n° 1 de 03 de abril de 2002 e 2008. De acordo com essa resolução a Educação do Campo tem identidade própria, especificidades, merecendo tratamento especial, diante disso percebe-se que é urgente a discussão de políticas educacionais voltadas para a formação do professor do campo. Aliado a essas Diretrizes está também o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), decreto n° 7.352 de 2010, que tem como objetivos “a redução do analfabetismo, fomentar políticas de educação de jovens e adultos, além de garantir infraestrutura básica nas escolas e promover nelas a inclusão digital”.

2.2 Formação do professor que atua na Escola do Campo

A partir da LDB 9394/96, a política de formação docente tem sido uma tentativa de melhorar os indicadores na qualidade da educação no Brasil. Desse modo, no artigo 13 são elencadas as incumbências do professor, dentre elas “zelar pela aprendizagem dos alunos”, contudo, vale ressaltar que para garantir o direito de aprendizagem, os educadores necessitam de formação inicial e continuada. Os artigos 61 a 67 discorrem sobre a finalidade e fundamentos da formação de professores. Assim, o artigo 63, garante:

Os institutos superiores de educação manterão:

- 1- cursos formadores de profissionais para educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado a formação de docentes para a educação infantil e para primeiras séries do ensino fundamental;
- 2- programas de formação pedagógica para portadores de diploma de educação superior que queiram se dedicar a educação básica;
- 3- programas de educação continuada para profissionais de educação dos diversos níveis.

No que diz respeito à formação do educador do campo, o setor responsável em discutir a educação no MST, buscou-se uma proposta de projeto educacional visando uma educação de qualidade NO e DO campo e uma formação docente que leve o educador a participar politicamente do processo de formação de sujeitos autônomos, capazes de buscar alternativas para melhorar a qualidade de vida em suas localidades.

Para tanto, segundo Caldart (2004), os movimentos sociais do campo formularam seus princípios a partir de teorias já existentes e não em uma nova pedagogia. Inspiraram-se principalmente na pedagogia proposta por Freire. Em relação às lutas empreendidas pelo MST e os movimentos sociais do campo em prol da educação, Paulo Freire (1996, p. 79) afirma que “a luta é legítima e ética”.

Vale à pena ressaltar, no entanto, que a formação do educador do campo na maioria das vezes não é específica assim, não valoriza os saberes e a cultura do povo do campo. Além disso, os saberes da tradição não são relacionados com os conteúdos da educação formal, distanciando a

prática pedagógica da identidade do homem camponês. Nesse aspecto, a especialista em educação do Campo Mônica Molina, em entrevista à revista Nova Escola, ao ser indagada sobre quais os princípios básicos que norteiam a educação do campo responde:

A educação nessa área é mais do que uma proposta pedagógica. Ela está associada à visão de campo, de desenvolvimento e da função do meio rural na sociedade brasileira. O objetivo não é de maneira alguma fixar as pessoas onde estão. Apesar disso, um dos princípios é garantir a elas o direito de acesso ao conhecimento sobre o local onde vivem, que garante sua sobrevivência social e material, além dos saberes universais, para que decidam se querem ficar ali ou, caso contrário, tenham condições de viver na cidade (MOLINA, 2012, pg. s/p).

E ainda acrescenta, sobre a formação de educadores, gestão e práticas pedagógicas:

O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PRONACAMPO) foi constituído com a participação de movimentos sociais e sindicais e por isso é tão importante. A discussão gerada por esses grupos culminou nas políticas que regulamentam as licenciaturas em educação do campo, que oferecem aos professores a formação adequada.

Percebemos que a formação docente é essencial para a transformação do papel do educador e conseqüentemente para melhoria da qualidade da educação. Também são notórios os avanços em termos de formação inicial e continuada que passou a ser garantida pela legislação específica da educação no Brasil. Porém, essa é uma discussão ainda em construção, que busca sobretudo superar o desafio de uma educação do e no campo que garanta o acesso e permanência do camponês na escola e que esta escola não seja um lugar que descaracterize a realidade rural, muito menos o lugar onde o aluno recebe conhecimento. Ao contrário, a escola do campo necessita de um projeto educacional em que os educandos sejam os protagonistas na reconstrução do conhecimento e reconhecidos como sujeitos histórico-político. Para tanto, o professor envolvido nessa luta precisa ser formado a partir de uma concepção emancipatória que valorize o campo como espaço de saberes.

2.3 Caminhos percorridos

Para o desenvolvimento do presente projeto de pesquisa será implementada uma metodologia de pesquisa qualitativa que possibilitará o estudo dos motivos, desafios, perspectivas, crenças, valores e atitudes dos sujeitos envolvidos. A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (GOLDENBERG, 1999, p. 34).

Assim pesquisa qualitativa apresenta-se a partir da obtenção de dados descritivos, coletados diretamente com as situações estudadas, enfatizando as formas de manifestação, os procedimentos e as interações cotidianas do fato investigado, bem como, retratam a perspectiva dos participantes. Segundo Guerra (2008):

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GUERRA, 2008, p. 58).

Nesse sentido, essa pesquisa será dividida em cinco etapas. A primeira etapa aconteceu em uma reunião de Atividades Complementares (AC) onde foram explanados aos professores participantes da pesquisa os objetivos do projeto e a pretensão de uma intervenção. No momento atual está sendo feito um estudo do Projeto Político Pedagógico para compreensão do funcionamento da Escola. Até esse momento a coleta de dados está sendo feita a partir do estudo do PPP com a orientação da coordenação da pedagógica. Em primeiro lugar buscou-se perceber o cenário da pesquisa para a compreensão da realidade educativa dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, a pesquisa acontece em um Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos, situada no assentamento Terra Vista, no município de Arataca, litoral Sul, Bahia. A escola, que foi criada no ano de 2004, funciona nos três turnos, com uma turma integral. Os cursos ofertados são: zootecnia, meio ambiente, Agroecologia, informática, técnico em alimentos e

segurança do trabalho nas modalidades EPI e EJA profissionalizante. Como é uma análise ainda em estudo, posteriormente serão apresentados dados mais detalhados.

As fases seguintes estão previstas em cronograma com data a ser seguida. Nesse sentido, na segunda etapa será realizada a observação participante das reuniões de planejamento de professores de nível médio dos cursos de Zootecnia, Meio Ambiente e Agroecologia para perceber como ocorre o planejamento dos projetos de pesquisas realizados pelos alunos da Instituição de Ensino. Além disso, será feita a análise do diário de bordo do professor pesquisador e quais estratégias, dificuldades e os caminhos percorridos para o desenvolvimento do aluno pesquisador. Também será acompanhado as aulas práticas desses professores, a escrita dos projetos de pesquisa, inscrição e participação do professor orientador e seus alunos na Feira estadual de Ciências e Matemática.

Na terceira etapa será proposto aos professores um questionário com perguntas abertas e fechadas com objetivo de traçar o perfil de cada professor, também acontecerá na mesma etapa entrevista semiestruturada, realizada individualmente para levantamentos de dados sobre a compreensão das práticas desses profissionais.

Na quarta etapa será realizado um encontro formativo, possibilitando diálogos com os professores para o desenvolvimento de uma prática educativa tendo a pesquisa como metodologia no cotidiano escolar em que envolva todas as disciplinas, assim como a elaboração coletiva de propostas de atividades a serem aplicadas na sala de aula e registrado em diário de bordo.

A quinta fase, dar-se-á pela análise dos dados coletados no decorrer da pesquisa, das entrevistas, dos documentos e das observações registradas com intuito de elaborar um relatório para ser apresentado aos professores em forma de seminário. Além da aplicação das ações elaboradas com o professor para a promoção do aluno pesquisador e atividades que estimulem a leitura, escrita e reescrita de textos científicos próprios (tanto de professores como dos alunos).

Considerações finais

Com esse projeto de intervenção espera-se que os professores envolvidos na pesquisa possam garantir o que assevera o artigo 64 da LDB/9697 no que diz respeito à formação do professor da educação básica, especificamente dos educadores das escolas do campo do município de São José da Vitória. Nesse sentido, a formação do professor com base em educar pela pesquisa vai contribuir para a valorização do homem do Campo enquanto sujeito construtor da própria história e melhorar a aprendizagem do aluno que trabalha com a pesquisa como princípio educativo evitando assim a cópia e a reprodução do conhecimento.

Além disso, um professor formado a partir de uma concepção emancipatória que utiliza a pesquisa como prática educativa, vai contribuir para o desenvolvimento da leitura e escrita do aluno pesquisador que passará a materializar conhecimentos que praticam diariamente. Assim, esse projeto proporciona aos educadores elaboração e aplicação de ações que poderão auxiliá-los para a promoção do aluno pesquisador com atividades que estimulem a leitura, escrita e reescrita de textos científicos próprios (tanto de professores como dos alunos). Enseja, portanto, a oportunidade de construir práticas pedagógicas que convergem para formação de sujeitos emancipados construtores da memória e da história.

É necessário salientar, no entanto, que pouco se tem discutido sobre o Educar pela pesquisa em escolas do Campo e como essa metodologia pode contribuir para a valorização do homem do Campo como sujeito construtor da história, capaz de promover através da pesquisa, junto a sua comunidade, projetos de intervenção para a permanência do homem no campo e com respeito à diversidade como assevera a Constituição Federal de 1988.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução CNE/CEB n° 1, de 03 de abril de 2002.**

DEMO, Pedro. Formação permanente de formadores: educar pela pesquisa. In: MENEZES, Luis Carlos (Org.). **Professores: formação e profissão.** São Paulo: NUPES, 1996. p. 267-297 (Coleção Formação de professores).

_____. **Educar pela pesquisa.** 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

FREIRE, Paulo. **A Educação como Prática da liberdade.** 17^a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALIAZZI, Maria do Carmo; MORAES, Roque; RAMOS, Maurivan Güntzel. **Educar pela pesquisa: as resistências sinalizando o processo de profissionalização de professores.** *Educar.* Curitiba, n. 21, p. 227-241. 2003.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso.** Portugal: Principia, 2008.

MOLINA, Mônica Castagna. **A Contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável.** Brasília, 2003. (Tese) Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2005.

REVISTA NOVA ESCOLA. Educação do Campo. Disponível em [HTTPS://novaescola.org.br](https://novaescola.org.br). Dezembro de 2012.